

Para ex-diretor do BC, Brasil pode obter nova fonte de capital de risco

A conversão de parte da dívida externa em investimentos permitiria ao País recuperar algumas opções de financiamento com a obtenção no exterior de recursos necessários à economia brasileira. Por meio do programa de conversão, portanto, pode-se criar novas fontes de capital de risco imprescindíveis ao processo de expansão da atividade produtiva que o governo brasileiro pretende atingir.

Essa convicção foi manifestada ontem pelo economista Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central, durante sua exposição no seminário "Conversão da Dívida em Capital de Risco", promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

"Há entre os empresários uma forte preocupação quanto ao êxito do processo para viabilizar novos investimentos na economia. As restrições para o aporte de capital podem conduzir a um comprometimento da capacidade industrial do País." Desse modo, Langoni sintetizou a finalidade do encontro e deu a exata dimensão do interesse dos dirigentes empresariais em que o programa para a conversão — que está sendo elaborado pelo governo —, não se exceda em restrições que comprometeriam o ingresso dos novos recursos que julgam indispensáveis à sustentação de suas atividades.

Numa visão que parece consensual entre os empresários, a expectativa é de que o programa seja flexível e realista e possibilite a reversão do atual quadro econômico marcado pela escassez de meios para a obtenção de recursos a serem investidos no setor produtivo.

Segundo Langoni, deve-se evitar também que o projeto tenha um caráter mandatário, com regulamentações exageradas para a apropriação de recursos pelo setor privado.

DESCENTRALIZAÇÃO

"Todo o processo pode ser desenhado de forma descentralizada, onde a alocação de recursos seria feita por critérios estritos de eficiência e rentabilidade, com um mínimo de interferência governamental", sugeriu o economista.

A hipótese de o governo tentar financiar parte de seu déficit utilizando-se dos mecanismos de conversão da dívida é improvável para Langoni.

Referindo-se aos critérios mais adequados para que uma parcela da dívida seja trocada por títulos no mercado internacional, o ex-presidente do BC novamente manifestou sua simpatia por um modelo "liberal". Sua opinião é que as taxas de desconto a serem aplicadas na venda dos títulos da dívida brasileira no exterior "devem refletir a avaliação impessoal do mercado acerca da probabilidade de recuperação dos juros e principal relativos a empréstimos realizados no passado".

MERCADO DE AÇÕES

Para o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Luiz Otávio da Motta Veiga, a adoção de um programa de conversão da dívida flexível propiciaria a criação de um novo "funding" para investi-

mentos internos, num momento em que as opções para aporte de capital são bastante restritas ao País. No âmbito do mercado acionário, Motta Veiga entende que a conversão representaria a ampliação da base de recursos do mercado de títulos mobiliários nacional.

Sua receita para atrair investimentos para as bolsas de valores é que sejam criados os fundos de conversão. "Os fundos facilitam o controle de fluxos, tanto de entrada quanto de saída, pois centralizam os recursos que, se fossem aplicados individualmente no País, exigiriam seguramente maiores esforços de controle", justifica o presidente da CVM.

A limitação das cotas aos credores dispostos a converter seus créditos em participação acionária nas empresas brasileiras é considerada natural por Motta Veiga, dentro das normas que regulamentam as relações entre os fundos mútuos e as bolsas de valores. Primeiro, argumenta o executivo, "porque dificilmente se encontram casos de empresas com uma porcentagem elevada de ações ordinárias em circulação; em segundo lugar, porque o capital dos fundos de investimento tem obrigatoriamente de ser aplicado de forma pulverizada a fim de vedar a concentração de suas carteiras em poucos papéis".